



PARA USO DOS CORREIOS

- MUDOU-SE
- END. INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O NÚM. INDICADO
- FALECIDO
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO
- OUTROS: \_\_\_\_\_

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Agosto e Setembro de 2014  
Gestão 2014-2017: Unidade dos Trabalhadores independentes e de luta!

Filiado à:



**SINDIBEL**  
Av. Afonso Pena, 726, 18º andar, Centro, BH-MG.  
Cep: 30130-003  
Telefone: 3272-9865.  
E-mail: sindibel@sindibel.com.br  
Site: www.sindibel.com.br

- INFO.PRESTADA PELO PORT. OU SÍNDICO
- REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



PÁG 3

## Reajuste de 7% aprovado

Mais uma vez, os servidores tiveram que fazer pressão na Câmara para garantir a votação e a aprovação do projeto de lei do reajuste dos servidores, que agora segue para sanção do prefeito

### Representantes sindicais

Quase 600 servidores foram eleitos como representantes dos seus locais de trabalho

PÁG. 3

### Eleição irregular no Conselho Municipal

MP investiga irregularidades na eleição da Mesa Diretora

PÁG. 5

### Reclassificação de risco das unidades

Sindibel e servidores questionam critérios usados na proposta de reclassificação

PÁG. 6

## EDITORIAL



**Israel Arimar de Moura**  
PRESIDENTE DO SINDIBEL

### Contratos, acordos e eleições 2014

Tanto na política, quanto nos negócios é importante cumprir os contratos e os acordos firmados. A mudança nas datas de pagamento dos salários quebra um acordo firmado entre os servidores municipais e a Prefeitura, respeitado há muito anos, e descumpe, principalmente, o contrato de trabalho previsto na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que estabelece o pagamento até o quinto dia útil de cada mês. A Administração Municipal perde credibilidade quando sua equipe econômica não cumpre os compromissos previstos.

O gasto com a folha salarial do município de Belo Horizonte está longe de chegar aos 53% da arrecadação total, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. A justificativa apresentada pela PBH de “necessidade de adequação no seu fluxo de caixa” é absolutamente inaceitável, até mesmo porque a verba destinada ao pagamento dos servidores municipais foi prevista com antecedência no orçamento.

Em qualquer trabalho existe o jeito certo e o jeito fácil de resolver os problemas. Não são os servidores, os causadores dos problemas financeiros da Prefeitura. Resolver estes problemas atrasando em até quatro dias corridos o pagamento talvez seja o jeito fácil, mas, definitivamente, não é o correto.

Em outubro, teremos eleições para Presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. O Sindibel, representando milhares de empregados e servidores públicos em toda sua pluralidade ideológica, mantém sua neutralidade institucional e reitera seu apoio à realização do mais amplo processo democrático de nosso país.

Esperamos, sinceramente, que os empregados e servidores públicos elejam parlamentares comprometidos em resolver os problemas de nosso país por meio do crescimento econômico sem, contudo, subtrair direitos e precarizar condições de trabalho; sacrificando quem vive de seu salário.

## Atraso no pagamento dos servidores A PBH está quebrada?

No dia 05/09, servidores de todas as categorias do funcionalismo municipal se reuniram em ato de protesto na porta da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) contra o novo cronograma apresentado pela Prefeitura no qual, em três meses do segundo semestre de 2014, o pagamento dos servidores não será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês, como vem sendo praticado há anos na PBH quando, por meio de acordo entre gestão e trabalhadores, foi estabelecida uma data limite para o pagamento.

De acordo com Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socio-econômicos (DIEESE), o gasto da PBH com a folha de pagamento de seus servidores não chega a 40% do orçamento do município, sendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê um limite de 53% do orçamento público para este fim. Desta forma, o Sindibel ajuizou ação ordinária no Tribunal Regional do Trabalho para garantir aos servidores o pagamento do salário até o 5º dia útil de cada mês e também denunciou a situação ao Ministério Público.

O Sindibel entende ser inaceitável a justificativa, publicada pela PBH, de que o atraso se dá “em virtude da queda de arre-

cação dos repasses federais e estaduais para o município”. Esclarecemos que a folha de pagamento do funcionalismo municipal está prevista em seu orçamento desde o ano anterior, ou seja, o gasto total da Prefeitura com o pagamento dos servidores em 2014, foi definido ainda em 2013.

Por meio de nota conjunta, assinada pelo Sindibel, Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de BH (Sind-Rede/BH) e Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais (Sind-Saúde MG), os trabalhadores da PBH manifestaram publicamente seu repúdio a este ato arbitrário e unilateral praticado pela Prefeitura.

Ressaltamos que esta medida deve preocupar não apenas os servidores e empregados públicos municipais, mas também os fornecedores da PBH e toda a população da capital. Desta forma, o Sindibel questiona a capacidade de gerenciamento da atual gestão da PBH, pois uma prefeitura que não se mostra capaz nem mesmo de arcar com seus mais elementares compromissos, como é o caso da folha de pagamento de seus servidores, o que dizer de toda a estrutura de prestação de serviços públicos oferecida aos cidadãos.



*Servidores reunidos na porta da PBH em protesto contra o atraso no pagamento (05/09)*

Expediente

Publicação do **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH** (Avenida Afonso Pena, 726 - 18º andar - Centro - CEP: 30130-003) - Telefone: (31) 3272-9865 /

Site: [www.sindibel.com.br](http://www.sindibel.com.br) / E-mail: [sindibel@sindibel.com.br](mailto:sindibel@sindibel.com.br)

**Presidente:** Israel Arimar de Moura / **Diretora de Comunicação:**

Inês de Oliveira Costa / **Conselho Editorial:** Adão Rodrigues da Silva, Andrea Hermógenes Martins, Ângela Assis Maia, Antônio Barbosa, Fábio Francisco Maia, Geremias de Jesus Goulart, Plínio Marcos do Nascimento e Robson Rodrigues Machado/

**Jornalistas reponsáveis:** Bráulio Siffert (16.125/mg) e Edwaldo Cabibelli (14.878/mg) Estagiário: Leonardo Chiabi / **Diagramação:** Bráulio Siffert e Edwaldo Cabidelli

Tiragem: 10.000 (dez mil) cópias.

## Com atraso e muita luta, projeto de lei do reajuste é aprovado na Câmara

Após alguns meses de atraso e convocação do Sindibel aos servidores para pressionar os vereadores pela votação e aprovação, o Projeto de Lei 1256/2014, que garante o reajuste salarial de 7% dos servidores municipais, sendo 3,5% retroativo a julho de 2014 e 3,5% a partir de novembro de 2014, foi aprovado em segundo turno na Câmara Municipal no dia 1º de setembro.

Agora, o projeto será enviado para o prefeito, que então terá 15 dias para sancionar. Se a Câmara conseguir agilizar a redação final e se a sanção ocorrer até o dia 20 de setembro, o retroativo e o reajuste virão na folha de setembro, que é paga em outubro. Mas existe a possibilidade de o prefeito sancionar apenas após o dia 20 e então o reajuste vir apenas na folha de outubro, que é paga em novembro.

Algumas emendas ao projeto foram

aprovadas, como é o caso da emenda nº 2, apresentada pelo vereador Dr. Nilton com o apoio de todas as bancadas e do Executivo, garantindo a proporcionalidade entre o valor da hora dos técnicos de serviço de saúde de 30 com os de 40 horas.

O Projeto de Lei também garante para todos os servidores que ganham até R\$ 5.500,00 um abono em parcela única em dezembro variando de R\$ 200 a R\$ 600 dependendo da remuneração. Outros pontos específicos, como os conquistados pelos guardas municipais, a equiparação dos vencimentos-base dos Técnicos de Serviços de Saúde com os Assistentes Administrativos da Administração Geral e a equiparação dos vencimentos-base dos Agentes de Serviços de Saúde com os vencimentos-base atuais dos Técnicos de Serviços de Saúde, também estão garantidos pelo projeto.

Infelizmente, mais uma vez foi preciso que o Sindibel chamasse os trabalhadores para comparecer à Câmara Municipal, já que diante do impasse que estava ocorrendo na votação entre a bancada do governo e da oposição, o reajuste corria o risco de atrasar ainda mais.

A luta por uma data-base, garantindo reajuste e correção salarial no mês de maio como previsto na Lei Orgânica, tem que ser retomado por todas as entidades representativas dos servidores.



Servidores compareceram vários dias à Câmara para cobrar por quórum e por votação e aprovação do Projeto de Lei do reajuste

## Mais de 550 servidores foram eleitos como representantes sindicais

A partir de setembro, em praticamente todas as unidades de trabalho da Prefeitura haverá pelo menos um servidor para representar os trabalhadores daquele local junto ao Sindicato e à gerência local.

Os 570 representantes sindicais foram eleitos ou aclamados pelos colegas de trabalho durante o processo de escolha que foi realizado durante todo o mês de agosto. Nos locais em que houve mais de três candidatos, o Sindibel promoveu uma votação no local. Todos os servidores filiados puderam se candidatar e votar.

Além de representar os servidores em

seu setor, os representantes sindicais têm também o papel de fazer reuniões no local de trabalho para discutir demandas dos trabalhadores; participar e mobilizar os colegas para assembleias, plenárias, seminários e manifestações e participar do Conselho de Representantes Sindicais.

A cerimônia de posse será realizada no final de outubro, mas as atas já foram regulamentadas e os eleitos já são legalmente os representantes de suas unidades. Parabéns a todos que se inscreveram e participaram das eleições. Um Sindicato forte se faz com uma base atuante e mobilizada.



## Sindibel aciona Justiça e Ministério Público para validar Piso Nacional dos ACE/ACS em Belo Horizonte

Diante da insistência da Prefeitura em não se adequar à Lei Federal 12994/14, que instituiu o Piso Salarial Nacional dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), e não implementar a isonomia de remuneração entre ACEs e ACSs no município, o Sindibel entrou com ação na Justiça do Trabalho cobrando o cumprimento imediato da Legislação em Belo Horizonte e também denunciou à Promotoria da Saúde do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) a situação. Vale lem-

brar que este pagamento deve ser retroativo à data de publicação da Lei (17 de junho de 2014) e o reajuste geral dos servidores municipais de 7%, conquistado a partir da negociação salarial geral dos servidores, deverá incidir também sobre o valor de R\$1.014,00, definido como piso da categoria.

Além da questão financeira, a Lei 12994/14 exige também a implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para a categoria, antiga reivindicação dos ACE/ACS da capital. O Sindibel

exige da PBH o estabelecimento imediato de uma Mesa de Negociação para implantação do PCCS e irá convocar a categoria para retornar à mobilização e pressionar a Prefeitura a pagar imediatamente o piso nacional em Belo Horizonte.

A participação de toda a categoria será essencial neste processo. “Infelizmente, os direitos dos trabalhadores só são atendidos com muita luta e este é um direito regulamentado dos ACE/ACS de todo o país”, lembrou o presidente do Sindibel, Israel Arimar.

## Servidores e usuários questionam reclassificação de risco das unidades

O Sindibel sempre foi favorável à reclassificação das unidades de saúde, mas nunca aprovou o rebaixamento da classificação de risco das unidades e a consequente redução do valor do abono de fixação dos servidores. Pelo contrário, a luta do Sindibel sempre foi para que as unidades fossem reclassificadas considerando o aumento da violência e dos riscos a que estão submetidos os servidores.

Após iniciativa do governo em constituir uma comissão com a participação do Sindibel, Sinmed e Somge, o Sindibel condicionou a sua participação ao compromisso da Secretaria Municipal de Saúde em garantir que não houvesse nenhum tipo de prejuízo financeiro para os servidores. Diante do posicionamento da Secretaria de que o trabalho da comissão ao discutir a reclassificação poderia ser no sentido tanto de elevar quanto de rebaixar, o Sindibel recusou-se a legitimar os trabalhos.

Passados quase três anos, a Secretaria de Saúde apresentou o resultado do trabalho, que, após algumas correções, rebaixou a reclassificação de 16 centros de saúde. Discordando desse entendimento, o Sindibel buscará um posicionamento comum com as demais entidades da área da saúde favorável à reclassificação, mas contrário ao rebaixamento. Além disso, o Sindicato solicita que os trabalhadores dos centros de saúde que estão sendo rebaixados tragam subsídios

para que seja construído um documento que justifique a não alteração da classificação.

### Plenária do CMS

Em plenária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) realizada no final de agosto, diretores do Sindibel, servidores e usuários do sistema público de saúde de Belo Horizonte questionaram a proposta da PBH e ressaltaram que a mesma se utilizou de critérios questionáveis, não foi debatida em profundidade e não considerou diversos outros problemas enfrentados pelos trabalhadores e pela comunidade.

### Audiência Pública

Em Audiência Pública, realizada no início de setembro na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), a proposta de reclassificação de risco das unidades de saúde da Prefeitura foi debatida com a presença da gerente de Vigilância em Saúde e Informação (GVSI), Maria Tereza Oliveira, representando o secretário municipal de Saúde, Fabiano Pimenta; representantes do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Israel Arimar, presidente do Sindibel, e Heloísa Despinoy, representando o Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais (Somge). Apesar de convidado, nenhum representante do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed) esteve presente.

Solicitada pela Comissão de Saúde e

Saneamento da Câmara, a pedido dos trabalhadores, a audiência contou com grande participação de servidores municipais que reivindicaram a revisão do sistema de abonos utilizado pela PBH e sua incorporação ao vencimento-base. De acordo com os trabalhadores a revisão dos abonos é uma reivindicação da categoria há quatro anos.

Um dos critérios utilizados para reclassificação foi o tempo de permanência de médicos nas unidades, o que foi rebatido pela maioria dos trabalhadores presentes, afirmando que o bom funcionamento de qualquer unidade de saúde depende de todos os profissionais. Outro questionamento está ligado à revisão periódica da classificação, pois unidades que não foram rebaixadas, poderão ser nas próximas revisões.

O Legislativo irá solicitar à Prefeitura que suspenda a implantação do novo modelo e reative a comissão responsável até que se chegue a um consenso sobre o assunto.



Audiência Pública na CMBH (10/09)

## Servidores das Academias da Cidade conquistam avanço

Após mobilização junto ao Sindibel, os servidores das Academias da Cidade conseguiram que sejam readequadas as escalas e seja realizado rodízio aos sábados entre os profissionais, podendo compensar durante a semana as horas trabalhadas no sábado, de forma a cumprir a jornada de 40 horas.

## Ministério Público investiga eleição supostamente irregular no Conselho Municipal de Saúde

Procurado por representantes do Sindibel, Sind-Saúde, Sintsprev, CUT/MG e conselheiros municipais de saúde, o Ministério Público abriu investigação para, se comprovada as denúncias, ajuizar Ação de Improbidade Administrativa contra a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde gestão 2014/2015, realizada em plenária no dia 28 de agosto.

Na eleição para a presidência da Mesa, onde o representante dos usuários obteve 20 votos contra 18 do representante dos trabalhadores, vários conselheiros, conforme denúncia encaminhada ao MP, não poderiam ter participado do processo.

Dentre os conselheiros irregulares, destaca-se o caso de Bruno Yuuki Fukino, que é representante de usuários da Força Sindical mas não poderia ter participado do processo eleitoral como usuário, pois tem cargo de Gerência de Nível II na Prefeitura.

A conselheira Kátia Valéria tem um filho que teria cargo comissionado no gabinete do vereador Professor Wendel. Além disso, representantes da Nova Central Sindical não teriam os requisitos para pleitearem a vaga de conselheiro.

Outros conselheiros que votaram a favor

dos candidatos vencedores não poderiam ter participado das eleições. Houve também a presença de membros da gestão compartilhada, fazendo pressão ostensiva em conselheiros para votarem contra representante dos trabalhadores.

Por tudo isso, a maioria dos conselheiros representantes do segmento dos trabalhadores decidiu por não participar da Mesa Diretora. A nova forma de eleição da Mesa Diretora do CMS, feita diretamente no plenário, apesar de inicialmente parecer mais democrática, infelizmente criou condições para possibilidade de intervenção da gestão nos resultados.

Para manter a autonomia do Conselho é necessário que seja construído um Código de Ética que, entre outras regras, estabeleça uma quarentena, onde os presidentes do Conselho, após o fim do mandato, tenham um prazo mínimo para ocupar cargo na gestão.

O Sindibel reafirma por meio dessa denúncia, o seu compromisso com a manutenção da legalidade, que tal processo eleitoral necessita. E se coloca mais uma vez à frente das questões relevantes, na vida dos servidores e usuários do Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte.



*Direção do Sindacs, que não compareceu à Câmara para pressionar por agilidade no Projeto de Lei do reajuste ou a Audiência Pública para defender a extensão do abono de fixação aos ACS/ACE, "teve tempo" para comparecer no Conselho para não só se colocar contra a eleição de um trabalhador na presidência, como também para puxar vaia.*



*Trabalhadores que estiveram na CMBH e na eleição do CMS denunciaram ao Sindibel que este senhor, durante o processo de votação do Projeto de Lei que terceiriza a gestão do Hospital do Barreiro, estava na Câmara Municipal vaiando os vereadores que se colocavam contra o Projeto (foto à esq.). E também compareceu ao Conselho para vaiar a candidata apresentada pelos representantes dos trabalhadores (foto à dir.).*

## Comissões discutem propostas para seminário dos servidores de nível técnico e superior

Ao longo de agosto e setembro, as comissões de servidores de nível técnico e superior se reuniram no Sindibel para discutir as demandas específicas de cada categoria, que serão estudadas

e debatidas com a prefeitura e encaminhadas para discussão em um seminário amplo destes servidores.

Já se reuniram as comissões de dentistas, enfermeiros, técnicos em

Radiologia, Saúde Mental e laboratórios. Irão se reunir nos próximos dias as comissões do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Hospital Odilon Behrens (HOB).



Reunião da Comissão dos servidores da Saúde Mental (28/08)



Plenária dos Técnicos de Radiologia (03/09)



Reunião da Comissão de Cirurgias Dentistas (13/08)

## HOB

### Chefia do HOB trata servidores com arbitrariedade

Os trabalhadores do Hospital Odilon Behrens (HOB) tem denunciado ao Sindibel que a superintendente do Hospital, Paula Martins e vários coordenadores de setores estão arbitrariamente mudando os funcionários de setor e de escala de plantão sem comunicação prévia e sem

qualquer diálogo e negociação, e quem não aceita sofre retaliações.

O Sindibel tem cobrado que a gestão respeite e dialogue com os trabalhadores. Aqueles que sofrerem com as arbitrariedades, devem procurar o Sindibel.

## Participação da Administração Geral no Sindibel cresce e conquistas começam a surgir

Nos últimos meses, tem crescido significativamente a participação e atuação dos servidores vinculados à Administração Geral no Sindibel e nas diversas ações sindicais convocadas pela entidade. Para se ter uma ideia, o Sindibel hoje possui mais de 600 filiados da área, o número de representantes sindicais passou de 22 na última gestão para 45 na atual e existem cinco comissões de servidores de diferentes setores para discutir as demandas específicas e negociá-las com o governo.

E os resultados dessa maior mobilização já começam a aparecer: a participação na greve geral contribuiu em muito com a conquista do reajuste de 7%, e o projeto de lei 1099/2014 - já aprovado pela Câmara - garante o aumento de 346 cargos de assistentes administrativos e a reabertura da opção do plano de carreira da Administração Geral para os servidores que não optaram por ele. No âmbito dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está em fase de conclusão a organização de um

seminário para discutir o Plano de Cargos Carreira e Salários (PCCS).

Para o diretor da área da Administração Geral no Sindibel, Fábio Francisco Maia, é muito importante esse aumento da participação da categoria no sindicato. "Com isso, a administração tem maior peso político tanto nas decisões do Sindicato quanto nas negociações com a prefeitura. É fundamental que todo servidor fique por dentro e participe das atividades convocadas pelo Sindicato", disse Fábio Maia.

## Regularização da concessão de benefícios do SUAS

Em várias ocasiões neste ano, os vale-transportes e as cestas básicas concedidas a usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) faltaram ou atrasaram, o que fez com que os servidores procurassem o Sindibel, que, por sua vez, imediatamente solicitou à gestão que regularizasse os benefícios. Desde o mês de agosto, a situação foi regularizada, passando a contar com um novo sistema descentralizado, regionalizando os serviços. Além de lutar para garantir os direitos dos servidores, o Sindibel cobra o cumprimento dos direitos dos usuários.

## Luta dos Assistentes de Procuradoria conquista avanço

Mobilizados junto ao Sindibel há cerca de dois anos, os Assistentes de Procuradoria alcançaram uma importante conquista com a aprovação na Câmara Municipal do Projeto de Lei 1099/14, que agora segue para a sanção do prefeito. O artigo 13 corrige um erro histórico da PBH e garante aos servidores a opção de migrar sua jornada semanal de 30 para 40 horas semanais.

Para a assistente de procuradoria Paula Elaine, a luta da categoria junto ao Sindibel salvou o cargo da eminente extinção, consolidou uma consciência crítica e política nos servidores e fez com que o espírito de luta contagiasse a todos. A última mesa de negociação ocorreu em maio e

algumas reivindicações ficaram pendentes de discussão, como a gratificação por produção, antiga demanda dos assistentes que será retomada nas próximas reuniões. Os assistentes de procuradoria Geraldo Rodrigues e Watson Guimarães lembraram que essa aprovação da Lei 1099/14 corrigiu um grave erro de isonomia salarial, mas que ainda há muito o que progredir.



Assistentes de Procuradoria na Câmara Municipal

## SUDECAP

## Sudcap extingue cargos e dispensa 49 servidores

Na Portaria 28, publicada no Diário Oficial do Município no dia 6 de agosto, a Sudcap declarou desnecessário vários empregos públicos de cargos como Agente de Apoio Administrativo, Agente de Operação e Controle, Auxiliar de Apoio Operacional, Motorista e Oficial de Serviço e dispensou

49 trabalhadores dessas funções. Todos os servidores ou haviam aderido ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) ou já tinham idade para aposentar, e então receberam todos seus direitos, inclusive a multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o aviso prévio.

O Sindibel agradece a esses trabalhadores pelo serviço que durante tantos anos foi prestado para a cidade e lamenta que a Sudcap venha continuando a extinguir cargos e a sucatear ainda mais a autarquia, inclusive dispensando trabalhadores que há dezenas de anos se dedicaram às obras de Belo Horizonte.

## Câmara terá comissão especial para estudar queda de viaduto

Após a frustrada tentativa dos vereadores da oposição de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a queda do Viaduto dos Guararapes, na Avenida Dom Pedro I, a bancada governista fez um acordo com a base do governo, e a Câmara Municipal aprovou a instalação de uma Comissão Especial de Estudos que vai se dedicar à análise da queda e das ações que a Prefeitura de Belo Horizonte vem tomando.

A Comissão é temporária e será com-

posta por cinco membros efetivos e cinco suplentes. Ela poderá realizar visitas, audiências públicas, pedidos de informação a órgãos e autoridades, convites a cidadãos, técnicos e especialistas na matéria e a convocação de autoridades municipais para prestarem esclarecimentos.

O Sindibel apoia todas as investigações relacionadas à trágica queda do Viaduto ocorrida no dia 3 de julho de 2014 e acompanhará de perto os estudos da Comissão.

## Homenagem merecida

Por iniciativa dos servidores, a PBH homenageou o servidor Waldir Teixeira dando seu nome à uma trincheira na interseção das avenidas Cristiano Machado e Dom Pedro I. Waldir faleceu em fevereiro de 2014, aos 82 anos.



## Diretor da Sudcap no Sindibel:

O diretor do Sindibel responsável pela Sudcap é Antônio Barbosa, oficial de serviços da autarquia desde 1982. Seu telefone de contato é 9534-0679



## Gestão coloca integridade física dos fiscais em risco

Sem garantir a devida segurança dos servidores, a Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (SMAFIS) tem cobrado que os fiscais atuem em ações que envolvem grau de risco, como o Disque-Sossego e as apreensões em jogos nos estádios Mineirão e Independência. O Sindibel já enviou ofícios à Secretaria solicitando a resolução dos problemas.

No caso das operações envolvendo apreensões, que estão sendo feitas com o acompanhamento de Guardas Municipais, o Sindibel ressalta que tanto os fiscais quanto os guardas - que estão tendo que fazer o acompanhamento sem ainda ter sido implementado o armamento ou o convênio do REDS (B.O.) - em operações como em dias

de jogos têm em risco a sua integridade física. A orientação do Sindibel é para que os fiscais cumpram as escalas, mas conforme a situação de risco não façam a apreensão.

Com relação ao Disque-Sossego, que também não tem contado com o acompanhamento da Polícia Militar, o Sindibel solicitou o cancelamento das escalas "até que as condições necessárias para a realização das operações sejam devidamente providenciadas". Para os fiscais, o Sindicato recomendou que, no caso de avaliarem alguma situação que coloque em risco a integridade física, que interrompam discricionariamente o trabalho e encaminhem relatório com a devida justificativa para a SMAFIS.

## Fiscais celetistas conquistam correção dos quinquênios e cobram rapidez no pagamento

A luta do Sindibel junto aos fiscais oriundos da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) fez a prefeitura reconhecer os erros no pagamento dos quinquênios e se comprometer a pagar todos atrasados. Porém, a prefeitura propôs pagar em trinta parcelas. Os servidores, discordando desse longo prazo, fizeram um ato em frente à sede da SLU para cobrar o pagamento imediato em uma parcela ou pelo menos em uma quantidade menor de parcelas, mesmo porque são poucos servidores, não justificando um parcelamento tão longo.

Esses fiscais optaram pela lei da fiscalização integrada em 2011 e desde então passaram a receber alguns quinquênios com valores menores por uma interpretação jurídica equivocada da PBH e da SLU.



Em julho, os fiscais fizeram assembleia e manifestação em frente à SMARH



Fiscais oriundos da SLU se reuniram em várias assembleias no Sindibel

## Nível superior para os agentes fazendários

Através da Associação dos Agentes Fazendários da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Sinfaz-BH) e com apoio do Sindibel, os agentes fazendários estão lutando para que o cargo mude de nível médio para nível superior, tendo em vista o aumento da complexidade das atribuições fazendárias e tributárias. Porém, a prefeitura, apesar de já ter se posicionado favorável à reivindicação, não responde às solicitações do Sinfaz-BH para reunião para tratar do assunto.

Segundo a presidente do Sinfaz-BH, Andrea Godoy Carvalho a reivindicação é muito simples de resolver e não gera custo para a prefeitura. "Queremos apenas que para os próximos concursos seja exigido nível superior para ingressar como agente fazendário na prefeitura. Não precisa nem mudar o nome do cargo", disse Andrea.

## Fiscais mobilizados pela aprovação da mudança de escolaridade

Depois de muita luta, os fiscais integrados conseguiram fazer com que a Câmara apresentasse um Projeto de Lei que garante a modificação da exigência de escolaridade do cargo de nível médio para nível superior completo. No projeto, cujo número é 1183/2014, o cargo também mudará o nome de "Fiscal Municipal de Atividades Urbanas e Ambientais" para "Auditor Fiscal de Atividades Urbanas e Ambientais".

Até o fechamento da edição deste jornal, o Projeto aguardava para ser votado em primeiro turno na Câmara, já tendo sido aprovado em todas as comissões e no plenário.

O Sindibel está envolvido nesta luta dos fiscais há anos, reconhecendo a complexidade inerente às várias atribuições desempenhadas por esses servidores, principalmente após a integração, ocorrida em 2011, e cobrando que a prefeitura e

a Câmara também reconheçam a necessidade de se valorizar e reconhecer tal complexidade.

Atualmente, a grande maioria dos fiscais integrados já são de nível superior. Se o projeto de lei for aprovado e sancionado, o próximo concurso para o cargo será aberto já exigindo curso superior completo.



## Ação do “plus” dos ACS está em fase de execução provisória

O Processo Judicial n.º 01004.2010.140.03.006, que trata da cobrança do retroativo do Prêmio Pró-Família (PLUS/PSF) dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de Belo Horizonte encontra-se atualmente na fase de execução provisória. A execução provisória é a autorização para que uma decisão judicial surta efeitos concretos mesmo enquanto existem recursos pendentes de exame perante as instâncias superiores.

No presente caso, apesar de existir um recurso extraordinário pendente de julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, o Juiz responsável pelo processo determinou o início da execução provisória visando agilizar o procedimento executório, porém é importante esclarecer que qualquer pagamento somente ocorrerá após o julgamento do recurso extraordinário.

A Secretaria de Cálculos Judiciais da Justiça do Trabalho solicitou que o Município fornecesse a relação de todos os ACS abrangidos pelo processo, contendo nome, matrícula e data de início e término (se for o caso) do contrato trabalho de cada um. Durante o mês de agosto, o Sindibel disponibilizou em seu site essa lista fornecida pela prefeitura e pediu para que todos os ACS que não estivessem na listagem entrassem em contato com o Sindibel para que não ocorressem problemas na elaboração dos cálculos. O Sindibel enviará para o juiz os nomes das pessoas que entraram em contato e que de fato não estão na lista.

A listagem está sendo conferida pelo município, que em seguida encaminhará para o contador judicial elaborar os cálculos.

## Sindibel consegue suspender aplicação de Decreto de avaliação do estágio probatório

**Justiça reconhece ilegalidade do Decreto que alterou as regras para a avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório e determina que a PBH se abstenha de aplicá-lo**

Sentença do Poder Judiciário acatou o Mandado de Segurança do Sindibel e determinou que a prefeitura não aplique o Decreto nº 15.144/13 que regulamentava a avaliação de desempenho em estágio probatório, por reconhecê-lo ilegal.

Os principais pontos do Decreto questionados pelo Sindibel foram:

- Apesar de instituir uma Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, não atribui à ela a competência para avaliação de desempenho do servidor, atribuindo, única e exclusivamente, à chefia imediata do servidor a competência para a avaliação;

- Inovou onde somente a lei poderia, impondo aos servidores em estágio probatório um número maior de avaliações de desempenho que o próprio Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

- Criou critérios subjetivos e vexatórios para a avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório;

- Não assegurou a participação do servidor em todas as etapas do processo de avaliação de desempenho;

- Criou uma perversa forma de apuração dos critérios mecânicos, que concede pontos somente ao servidor que não possuir nenhuma falta e nenhuma penalidade, atribuindo pontos negativos ao invés de positivos;

- Foi editado e publicado sem a devida participação do Conselho de Administração de Pessoal – CONAP, em clara

violação aos dispositivos constantes do Estatuto e do Decreto n.º 9.945/99.

A decisão, apesar de não ser definitiva (ainda cabe recurso), representa uma importante vitória contra a intransigência da Administração Municipal na instituição dos critérios para avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório.

Caso a decisão seja confirmada pelas instâncias superior, em princípio serão desconsideradas as avaliações feitas com base no Decreto, tendo em vista o reconhecimento da sua ilegalidade. Porém, é importante verificar se as avaliações realizadas importaram em prejuízo para o trabalhador. Nesses casos é de suma importância que essa informação seja trazida ao Departamento Jurídico do Sindibel visando a revisão de tais avaliações, caso a prefeitura não proceda dessa forma.



Em dezembro de 2012, assim que a prefeitura apresentou a proposta dos novos critérios para avaliação de desempenho, o Sindibel divulgou as ilegalidades e se manifestou contrário.

Com a publicação do Decreto, o Sindibel prontamente ingressou com ação e está conseguindo derrubá-lo.

## BELOTUR

### Belotur tenta interferir na organização dos trabalhadores

A Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur) entrou na Justiça do Trabalho com uma ação questionando a representação dos trabalhadores da empresa pelo Sindibel, sugerindo que outro sindicato, que nunca atuou junto aos empregados da Belotur e nem pode representá-los, passasse a ser

considerado o legítimo representante.

O Sindibel prontamente apresentou contestação ao juiz, argumentando que não há nenhum motivo legal para a Belotur questionar essa representação, tendo em vista os inúmeros acordos coletivos que a própria empresa já firmou com o sindicato e tendo em vista

que os trabalhadores já legitimaram a representação pelo Sindibel, inclusive com um significativo número de filiados.

Aparentemente, a ação da Belotur é uma tentativa de desmobilizar os trabalhadores e interferir nos princípios legais de livre associação e autonomia sindical.



## Sindibel e Comissão de Guardas preparam proposta de revisão do PCCS

O Sindibel, junto da Comissão de Guardas Municipais que representa a categoria no Sindicato, está elaborando uma proposta de revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para os servidores da corporação. A proposta, além de rever antigas demandas dos guardas, deverá contemplar as mudanças e conquistas provenientes da Lei 13.022/2014, também conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais, sancionada no dia 8 de agosto pela Presidência da República.

O novo Plano de Carreira da Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH) deverá garantir a progressão de carreira aos servidores da corporação e assegurar que os cargos de comando da GMBH sejam ocupados por servidores de carreira. Outra reivindicação solicitada

propõe que a Gratificação por Disponibilidade Integral (GDI), benefício atualmente oferecido em valor fixo, passe a ser percentual para que acompanhe as progressões salariais.

As alterações definidas pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais deverão ser também incorporadas ao novo PCCS e Estatuto Municipal da GMBH, como no caso do armamento, que já estava na pauta de negociação do Sindibel com Prefeitura mesmo antes da lei ser sancionada e deverá agora se tornar uma realidade em Belo Horizonte.

De acordo com a Lei 13.022/2014, os municípios terão um prazo de dois anos para adequar suas guardas municipais à nova legislação. A nova proposta de PCCS da categoria deverá ser apresentada à PBH no mês de outubro.

## PL 1256 garante avanços aos guardas municipais

O Projeto de Lei 1256/2014, aprovado em segundo turno na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) no início de setembro, além do reajuste salarial à todos os servidores municipais, garante também aos guardas municipais antigas reivindicações da categoria, como o direito de livre associação sindical e exercício de mandato sindical em entidade representativa de classe, sem prejuízo da remuneração. Antes proibidas pelo Estatuto da GMBH, estas ações serão permitidas assim que o PL 1256 receber sanção do Prefeito Márcio Lacerda.

Outras importantes conquistas foram o adicional de risco (15% em setembro/2014 e 15% em setembro/2015) e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, antiga demanda da categoria conquistada após negociação do Sindibel junto à PBH.

## Sindibel recebe presidente e diretoria do Conselho Nacional das Guardas Municipais

No início de agosto, o presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais (CNGM), Rogério Tenente Cabral, esteve no Sindibel para oficializar a parceria entre as duas instituições em reunião que contou também com a presença do presidente do Sindibel, Israel Arimar, e membros da comissão dos guardas municipais de BH no Sindicato.

Entre os diretores do CNGM estão também dois membros da co-

missão dos guardas municipais no Sindibel. São eles: Camilo Macedo e Flávio Castro, respectivamente delegado regional e vice-presidente Regional Sudeste do Conselho. Ambos serão certificados durante o XXIV Congresso Nacional das Guardas Municipais, que acontece entre os dias 24 e 26 de setembro em Vila Velha, no Espírito Santo, com participação do Sindibel.

## SLU

### Garis poderão aderir ao PDV

Através da Gerência de Relação de Trabalho (GERT), a PBH apresentou uma proposta de Plano de Desligamento Voluntário (PDV) da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), que será direcionado apenas aos Garis de Varrição, Garis de Serviços Complementares e Garis de Coleta, integrantes do quadro de pessoal da Superintendência, com menos de 70 anos de idade e que tenham se aposentado junto ao Regime Geral de Previdência Social ou àqueles que estejam em vias de se aposentar até o final de 2014.

O plano prevê também o pagamento de um salário para cada dois trabalhadores na autarquia com valor referente ao vencimento-base do empregado no instante de sua adesão ao PDV. Ainda de acordo com a GERT, o período de adesão será de 60 dias contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município.

O Sindibel irá aguardar que Prefeitura envie para a Câmara o projeto de lei que irá tratar do PDV da SLU para analisar, junto ao Departamento Jurídico, as vantagens e desvantagens de adesão. O sindicato reitera que esta adesão será voluntária, ou seja, o trabalhador não será obrigado a aderir.

No dia 04/09, servidores da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) se reuniram em grande número no auditório do Sindibel para esclarecer suas dúvidas sobre a proposta de PDV apresentada pela Prefeitura à categoria.



### EPIs na SLU continuam em falta ou em mau estado

Mesmo com as insistentes solicitações dos trabalhadores e do Sindibel, a SLU continua sem fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários. Em vários locais faltam uniformes, botas e protetor solar, obrigando os trabalhadores a prestar seus serviços sem a devida proteção e com roupas e calçados rasgados ou inadequados. Em algumas áreas faltam outros materiais básicos para o dia a dia do trabalhador, como açúcar para o café e papel higiênico.

Há alguns meses, a maioria dos garis da coleta domiciliar estão recebendo da SLU luvas inadequadas: são muito rígidas, dificultando o movimento para fazer as coletas e gerando risco de o gari não conseguir segurar com firmeza nos caminhões e até cair. Além disso, as luvas são curtas e não protegem todo o antebraço.

Os trabalhadores esperam que o novo superintendente se sensibilize com os corriqueiros problemas básicos enfrentados pelos trabalhadores da SLU e passe a garantir as boas condições para a prestação dos serviços. Na gestão passada, a SLU e a prefeitura por várias vezes prometeram fazer comissões, visitar os locais de trabalho e resolver os problemas, mas pouco foi feito.



### Abono para coletores hospitalares

Após os servidores pressionarem por respostas à pauta específica, a PBH informou que irá dar um abono de R\$ 200,00 aos trabalhadores do setor de coleta hospitalar todos os meses a partir de janeiro de 2015.

## Servidores da Fundação Municipal de Cultura seguem cobrando realização de concurso

Após a suspensão da realização do Processo Seletivo Simplificado irregular para a Fundação Municipal de Cultura (FMC), servidores aguardam a realização de novo concurso para o órgão, que não tem renovação de seus quadros desde 2012. A Prefeitura agora tenta adiar o concurso com a contratação de estagiários.

Em junho deste ano, após denúncia do Sindibel sobre a realização indevida de processo simplificado de contratação temporário na Fundação Municipal de Cultura, o Ministério Público de Minas Gerais recomendou a suspensão do processo considerado irregular e indicou que o ingresso de novos funcionários na FMC deveria se dar por concurso público.

A insuficiência dos quadros de pessoal da Fundação de Cultura, que não realiza concurso desde 2008, é cada vez maior. Um apoio importante à seleção de novos servidores se deu com a aprovação pelo

Conselho Municipal de Cultura (COMUC) – colegiado paritário com representantes do poder público e da sociedade civil – de uma moção a favor de uma política consistente de recursos humanos para o órgão. Conforme a ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUC DE 03 DE JUNHO DE 2014, publicada no Diário Oficial do Município de 5 de julho de 2014, foi aprovada a seguinte proposta de texto para moção:

**O COMUC defende a realização imediata de concurso público para preenchimento de vagas remanescentes de concurso para a FMC realizado em 2008, tendo em vista a defasagem explícita de quadros. O COMUC entende que o PSS não é a solução ideal e nem definitiva para o recrutamento de servidores que desempenharão funções permanentes da FMC e de seus equipamentos.**

Recentemente, a Prefeitura iniciou nova ação com vistas a adiar mais uma vez a realização do concurso, propondo a ampliação do número de estagiários da Fundação Municipal de Cultura. Vale ressaltar que os percentuais de estagiários dos órgãos municipais devem estar de acordo com a previsão legal.

Os servidores, conforme definido em sua pauta específica, reiteram seu interesse na imediata realização de concurso público para a Fundação. Só a presença de servidores concursados garantirá a manutenção, em médio e longo prazo, de uma política de cultura para a cidade.

Concurso público para FMC **JÁ!**

## FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA

### Trabalhadores reclamam da falta de segurança no Jardim Zoológico

Sindibel, servidores e visitantes continuam cobrando por mais segurança no Jardim Zoológico da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte (FZB). Uma das recentes ocorrências foi um assalto ocorrido no dia 10 de agosto na bilheteria da Portaria 2, quando trabalhadores efetivos e terceirizados foram rendidos por assaltante armado que levou boa



Portaria 2 do Jardim Zoológico, assaltada em 10 de agosto.

parte do dinheiro do dia.

Esse caso é mais um dos assaltos que vem ocorrendo na Fundação, e o Sindibel cobra para que haja melhor estruturação e mais policiamento e segurança principalmente nas portarias. Atualmente, apenas alguns vigias terceirizados e guardas municipais - todos desarmados - fazem a segurança do Zoológico.

### FZB continua sem posto médico

Outra cobrança que o Sindibel continua fazendo é pela instalação de um posto médico no Zoológico. Quando ocorrem acidentes no local, também em virtude da má estruturação dos recintos nos quais os animais são acomodados, as vítimas têm que aguardar o SAMU ou ser conduzidas para alguma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou hospital, e essa demora pode agravar o quadro.

### Desconto indevido dos dias de greve

Um dos servidores da FZB teve os dias paralisados durante a greve descontados de sua folha de pagamento sem justificativa do RH da Fundação. O desconto foi efetuado na folha de julho, período em que a reposição de greve ainda estava em negociação com a PBH, portanto não poderia ser realizado. O Sindicato irá solicitar que o servidor seja ressarcido. Caso esta ação se repita na folha de outros servidores, o Sindibel irá acionar a Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos (SMARH) para resolução do problema.

### Relógio de ponto

Servidores da FZB reclamam da defasagem com relação ao aferimento de ponto na Fundação, se comparado a outros órgãos da PBH. Na Fundação, a frequência dos trabalhadores ainda é feita com relógio de ponto e cartão que, de acordo com os funcionários, apresenta constantes problemas, como falta de tinta, travamentos e dados ilegíveis. Os trabalhadores exigem que o relógio de ponto seja substituído por biometria ou cartão magnético, como já acontece na maioria dos órgãos da Prefeitura.

## Aposentados sem paridade terão reajuste de 5,56% retroativo a janeiro de 2014

No Projeto de Lei 1256/2014, que traz o reajuste geral dos servidores públicos municipais, também está garantido um reajuste salarial de 5,56% com vigência a partir de janeiro de 2014 para os aposentados e pensionistas sem paridade (os chamados aposentados “proporcionais” ou “pela média”). O valor é o mesmo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2013 e portanto só recompõe a inflação, que é o mínimo que a lei exige.

No entendimento do Sindibel, a prefeitura deveria ir além da recomposição inflacionária e conceder ganhos reais aos aposentados sem paridade, com vistas a diminuir a grande defa-

sagem dos vencimentos desses beneficiários.

O Projeto de Lei 1256/14, que regulamenta o reajuste de todos os servidores municipais, inclusive aposentados, foi aprovado na Câmara Municipal no dia 01/09 e o terá 15 dias para receber sanção do Prefeito. Portanto, é provável que o reajuste e o retroativo só sejam pagos na folha de outubro, que é depositada em novembro.

Novamente a prefeitura atrasou para encaminhar o reajuste dos aposentados sem paridade. O Sindibel continuará cobrando que o governo faça o reajuste em todo mês de janeiro e conceda ganho real aos aposentados e pensionistas sem paridade.

## Para os aposentados com paridade, reajuste será de 7%

Para os aposentados com paridade, o reajuste salarial será o mesmo concedido aos servidores efetivos, de 7% - sendo 3,5% retroativo a julho de 2014 e 3,5% a partir de novembro de 2014. Os aposentados que ganham até R\$ 5.500 também receberam em dezembro parcela única de um abono, que será de:

- R\$ 600 para quem ganha até R\$ 1.500,00
- R\$ 400 para quem ganha de R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00
- R\$ 300 para quem ganha de R\$ 2.500,01 a R\$ 3.500,00
- R\$ 200 para quem ganha de R\$ 3.500,01 a R\$ 5.500,00

## Aposentados elegem representantes sindicais

Os servidores aposentados se reuniram em assembleia geral no Sindibel no final de julho e elegeram dez representantes sindicais da categoria. Eles serão os responsáveis por auxiliar no contato entre o Sindicato e os aposentados e no encaminhamento das demandas específicas.



Confira abaixo o nome dos eleitos:

*Adail Quentino Farias; Adão Romualdo Ribeiro; José Rui Fialho; Joaquim Benfica Filho; Marta Tavares de Souza; Mauro Francisco Mariano; Pedro Pinto da Silva; Regina Márcia de T. Dias; Terezinha Domingas Severiano; Vicente Marques de Souza.*

## GRUPO CONVIVENDO

### Festa junina marca o encerramento das atividades do primeiro semestre

Com muita alegria e descontração foi realizada a festa junina do Grupo CONVIVENDO. O evento, que marcou o final das atividades do Grupo no primeiro semestre de 2014, ocorreu no dia 18/07, no auditório do SINDIBEL.

A festa contou com a participação da maioria dos integrantes do CONVIVENDO, que se divertiram ao som das músicas e comidas típicas das

festas juninas.

O retorno das atividades do Grupo aconteceu no dia 8/8, na sede do SINDIBEL, quando foi comemorado o dia dos Pais e houve sorteio de brindes para os participantes.

O grupo se reúne nas manhãs de sextas-feiras no auditório do SINDIBEL e conta com atividades diversas para os servidores aposentados.



Festa Junina animou o Grupo Convivendo no final de julho

## Sindibel marca presença em eventos da CUT e da FESEMPRE

Em julho e agosto, diretores representaram o Sindibel em importantes eventos do calendário anual da FESEMPRE e da CUT, entidades às quais o sindicato está filiado desde o início de 2014 por decisão majoritária de seus filiados em plebiscito realizado em 2013.

Em São Paulo, entre os dias 28 de julho e 1º de agosto, diretores do Sindibel marcaram presença no 14ª Plenária Nacional da CUT, cujo tema principal foi a votação do Plano Nacional de Lutas, que define as diretrizes que a CUT adotará para o ano de 2015. Diretores estiveram presentes também no primeiro módulo do Curso de Formação de Formadores da CUT, que aconteceu entre os dias 22 e 24 de agosto, na Escola Sindical 7 de outubro em Belo Horizonte. O programa de Formação de Formadores visa qualificar os representantes sindicais como formadores para fortalecerem os coletivos de formação de novas lideranças.

O Sindicato esteve presente também no X Congresso Interestadual da FESEMPRE, realizado entre os dias 7 e 9 de agosto, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte. O tema central do Congresso foi a fiscalização e controle social na administração pública.



X Congresso da Fesempre foi realizado em Belo Horizonte

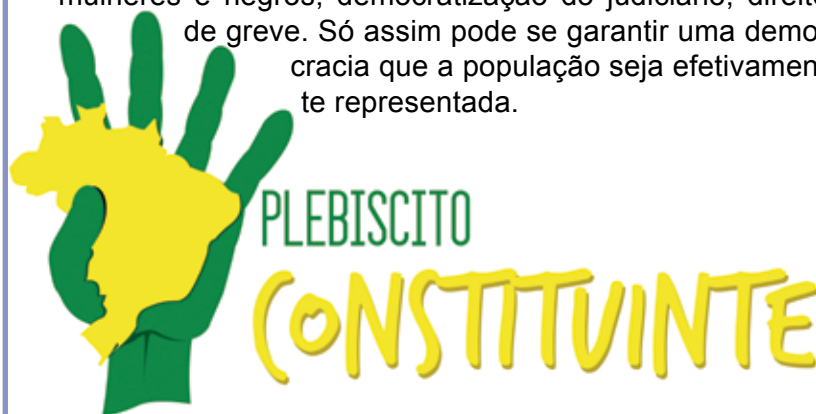


São Paulo sediou a 14ª Plenária Nacional da CUT

## Brasileiros votaram SIM pela Constituinte de reforma do Sistema Político

Com a organização conjunta de diversos movimentos sociais, sindicais, organizações políticas e comitês populares, foi realizado de 1º a 7 de setembro em todo o Brasil um plebiscito popular para que a sociedade respondesse à seguinte pergunta: Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político? Milhões de brasileiros participaram e a grande maioria votou SIM, demonstrando a reivindicação da população por uma imediata reforma política.

O Sindibel apoiou o plebiscito e também é a favor que seja estabelecida uma constituinte específica e soberana para modificar várias regras do funcionamento do sistema político, como financiamento de campanha, participação de mulheres e negros, democratização do judiciário, direito de greve. Só assim pode se garantir uma democracia que a população seja efetivamente representada.



**SINDICALIZE**  
Com você, os servidores municipais de BH terão mais vitórias!

O trabalhador sindicalizado tem assistência jurídica, acesso a vários convênios, pode votar e ser votado nas eleições da diretoria do sindicato, pode ser representante sindical em seu local de trabalho, recebe a parte que vai para o Sindibel do "imposto sindical" obrigatório e fortalece a luta dos trabalhadores da PBH por melhores salários, melhores condições de trabalho e respeito aos direitos.

Ao se sindicalizar, o trabalhador passa a contribuir com 1% de seu salário, que é o recurso que mantém a estrutura e as lutas do Sindibel.

Para se sindicalizar basta comparecer ao Sindicato com a Carteira de Identidade ou de Motorista e preencher nossa ficha de inscrição.

**ENTRE EM  
CONTATO COM O  
SINDIBEL:**

Av. Afonso Pena, 726 -  
18º andar - Centro (BH)  
(31) 3272-9865

[www.sindibel.com.br](http://www.sindibel.com.br)  
[facebook.com/sindibel](https://facebook.com/sindibel)  
[sindibel@sindibel.com.br](mailto:sindibel@sindibel.com.br)